

O ENSINO DE GEOGRAFIA DA ÁFRICA NOS CURSOS DE LICENCIATURA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Fernando José Primo do Nascimento¹
Ana Paula Melo da Silva²

RESUMO

A aprovação da Lei nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira (DCNERER) teve implicações em todos os níveis de ensino e em especial nas Instituições de Ensino Superior (IES), devido ao seu papel na formação inicial e continuada de professores. O objetivo do presente trabalho é fazer uma análise da inserção da questão étnico-racial na educação superior a partir das disciplinas de Geografia da África presentes nos currículos dos cursos de licenciatura tendo em vista as determinações da Resolução nº 01/2004, que institui as DCNERER. Nossa pesquisa teve como recorte de análise os cursos de Geografia das universidades federais, IES reconhecidas por sua relevância no ensino, na pesquisa e extensão. Para alcançarmos nossos objetivos solicitamos e analisamos os programas das disciplinas que abordam a temática e que constam dos Projetos Pedagógicos de Curso das referidas instituições. Inicialmente pudemos constatar um aumento no número de disciplinas que abordam a Geografia da África nos últimos 20 anos, no entanto esses conteúdos são quase sempre optativos, o que no nosso entendimento dificulta o alcance do objetivo posto pela Lei nº 10.639/2003.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia da África; Lei nº 10.639; Currículo de Geografia.

TEACHING AFRICA GEOGRAPHY IN GRADUATE COURSES AT BRAZILIAN FEDERAL UNIVERSITIES

ABSTRACT

The approval of Law 10.639/2003 and the National Curriculum Guidelines for Education of Ethnic-Racial Relations and for the Teaching of Afro-Brazilian History and Culture (DCNERER) had implications at all levels of education and especially in Higher Education Institutions (HEIs), due to their role in the initial and continuing training of teachers. The objective of this work is to analyze the insertion of the ethnic-racial issue in higher education from the disciplines of Geography of Africa present in the curricula of undergraduate courses in view of the determinations of Resolution n0 01/2004, which establishes the DCNERER. Our research had as a cut of analysis the Geography courses of federal universities, HEIs recognized for their relevance in teaching, research and extension. In order to achieve our objectives, we requested and analyzed the programs of the disciplines that address the theme and that are part of the Pedagogical Projects of Course of the referred institutions. Initially we could see an increase in the number of disciplines that address the Geography of Africa in the last 20 years, however these contents are almost always optional, which in our understanding makes it difficult to achieve the objective set by Law 10.639/2003.

KEYWORDS: Geography of Africa; Law nº 10.639; Geography Curriculum.

Introdução

Apesar de ser o país com o maior contingente de pessoas negras fora do continente africano, no Brasil ainda impera uma visão eurocêntrica de educação que privilegia o estudo da história e geografia da Europa. No entanto, algumas ações visando alterar esse quadro de subalternidade ao qual foi relegada a contribuição da população africana e afrodiaspórica foram conquistadas

¹ Doutorando em Geografia - Univesidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/Goiás. E-mail: fernando.primo@discente.ufg.br

² Doutoranda em Geografia - Univesidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/Goiás. E-mail: anapaula4@discente.ufg.br

sobretudo pela luta dos movimentos negros brasileiros e sua inserção em espaços estratégicos de luta. Entre as principais conquistas destacamos a Lei nº 10.639/03 que neste ano completa duas décadas.

Tendo em vista que a referida legislação instituiu a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira em todo currículo escolar das instituições de ensino fundamental e médio, públicos e privados; tendo em vista também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que orientam as Instituições de Ensino Superior (IES) para a inclusão da Educação das Relações Étnico-Raciais e das questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, conforme explicitado no Parecer CNE/CP 3/2004, nos propusemos fazer uma análise sobre o ensino de África nos cursos de Geografia das universidades públicas federais.

O levantamento das disciplinas ocorreu através do sistema eletrônico Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação no ano de 2020. Num primeiro momento realizamos o levantamento das disciplinas que contemplam a temática étnico-racial e, posteriormente, selecionamos para esta comunicação aquelas que tratam especificamente do ensino de geografia do continente africano.

Considerando as limitações impostas pelo formato deste trabalho, o que não permite que façamos uma análise mais detida sobre a inserção de Geografia da África nos currículos, procuraremos expor aqui alguns pontos que julgamos importante ao analisarmos as disciplinas em questão: 1) o primeiro diz respeito ao objetivo da disciplina, ou seja, se eles estão alinhados com uma visão de mundo que ultrapasse a visão eurocêntrica; 2) o segundo ponto está relacionado às autorias buscando compreender quais as bases teóricas utilizadas. Desta maneira procuramos identificar qual a concepção de Geografia da África está posta na construção dessas disciplinas.

Iniciaremos a discussão abordando a inserção da questão racial no ensino brasileiro, discutindo o repertório de leis e diretrizes que asseguram a obrigatoriedade do ensino de história da África e cultura afro-brasileira, assim como os importantes agentes que estiveram na linha de frente na proposição dessas mudanças, como os movimentos negros. Após a abordagem destes aspectos buscamos tratar mais diretamente sobre o ensino de Geografia, perpassando desde a formação dessa ciência até sua apresentação no currículo escolar. Por fim, são discutidos os projetos pedagógicos de disciplinas que se dedicam ao estudo da temática étnico-racial a partir dos conteúdos de Geografia da África.

A Inserção da Questão Racial no Ensino Formal Brasileiro

Tanto a história quanto a geografia brasileiras possuem uma relação com a África ainda pouco discutida nas salas de aulas, seja no ensino superior, nos cursos de formação inicial docente, seja nas salas de aulas do ensino fundamental e médio. Mesmo sendo o país com o maior contingente de pessoas negras fora do continente africano, no Brasil ainda impera uma visão eurocêntrica de educação que privilegia o estudo da história e geografia da Europa.

Algumas ações visando alterar esse quadro de subalternidade ao qual foi relegada a contribuição da população africana e afrodiáspórica foram conquistadas sobretudo pela luta dos movimentos negros brasileiros e sua inserção em espaços estratégicos de luta, como o Congresso Nacional, o Conselho Nacional de Educação, entre outros.

Na década de 1990, que marca o centenário da morte de Zumbi dos Palmares, foi dado o primeiro passo para a inclusão da história da população negra nos currículos de educação formal, ao ser inserido na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) o parágrafo 4º do artigo 26, que aborda a estrutura curricular do ensino fundamental e médio.

A elaboração da LDB (1996) contou com a participação ativa dos movimentos negros. Conforme Dias (2005), a inclusão da temática racial no projeto final da lei demonstra o papel de resistência da população negra diante da ausência da discussão presente no primeiro projeto da lei, elaborado pelos “educadores progressistas”, no XI Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), em março de 1988, e na V Conferência Brasileira de Educação, em agosto do mesmo ano. Uma primeira modificação veio no texto substitutivo, no qual o capítulo VII, Da Educação Básica, no art. 38, inciso III, passa a orientar que os conteúdos curriculares deverão obedecer às seguintes diretrizes: “III - o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas, raças e etnias para a formação do povo brasileiro” (BRASIL, 1996).

Mas, de acordo com Dias (2005), ao não explicitar a quais culturas e raças o texto se referia, a questão racial se mantém diluída. Ciente disso, o Movimento Negro apresenta uma nova redação para o artigo 26, que então passa a incluir de maneira direta a contribuição da matriz africana no Ensino de História do Brasil, conforme podemos observar no trecho abaixo:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. [...]

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia. (BRASIL, 1996)

Pela primeira vez há de maneira explícita na legislação educacional a indicação de que ao estudar a formação do povo brasileiro não se pode desconsiderar as influências positivas da população negra e indígena, e que as mesmas devem ser tratadas com a devida importância, assim como aconteceu e ainda acontece com a população branca de origem europeia.

Outro passo importante foi dado em janeiro de 2003, com a assinatura da Lei nº 10.639, que alterou a LDB e instituiu a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira em todo currículo escolar das instituições de ensino fundamental e médio, públicos e privados.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'." (BRASIL, 2003, n.p)

Neste momento, além do reconhecimento da importância da história negra e indígena, o texto determina ainda que todo o sistema de ensino tome providências no sentido de incluir em suas matrizes curriculares as contribuições positivas dessas populações na formação da sociedade brasileira.

Como podemos observar no texto acima, a lei foi aprovada, no entanto com vetos importantes. O primeiro deles diz respeito ao parágrafo 3º, que estipulava um percentual mínimo (10%) de conteúdos a serem ministrados nas disciplinas de História do Brasil e Educação Artística sobre a temática africana e afro-brasileira. O segundo veto, ao Art. 79-A, teve implicações na formação docente, uma vez que propunha que as universidades e outras instituições acadêmicas, bem como entidades do movimento negro, participassem dos cursos de capacitação para professores (ARAÚJO, 2021).

Contudo, em 2004, através do Parecer CNE/CP 003, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER), as IES também se viram obrigadas a incluir nas disciplinas e atividades curriculares dos seus cursos a Educação das Relações Étnico-Raciais e o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes.

Art. 1º - A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas instituições de ensino de Educação Básica, nos níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, bem como na Educação Superior, em especial no que se refere à formação inicial e continuada de professores, necessariamente quanto à Educação das Relações Étnico-Raciais; e por aquelas de Educação Básica, nos termos da Lei 9394/96, reformulada por forma da Lei 10639/2003, no que diz respeito ao ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em especial em conteúdos de Educação Artística, Literatura e História do Brasil. [...]

Art. 7º As instituições de ensino superior, respeitada a autonomia que lhe é devida, incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos diferentes cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 003/2004 (BRASIL, 2004).

Desta maneira, o parecer e a resolução inserem o sistema de ensino superior, responsável pela formação docente, nesta ação conjunta de construção de um modelo de educação antirracista.

O processo de implementação das DCNERER depende de um conjunto variado de ações que perpassa a formação inicial e continuada de professoras e professores (presencial e/ou remota), a revisão e publicação de materiais didáticos, o incentivo a realização de pesquisas sobre a questão racial, a criação de fóruns de discussão, o aporte de recursos financeiros assim como assistência técnica especializada. Ou seja, a construção e o desenvolvimento dessa política pública é um processo diverso e complexo.

O Plano Nacional de implementação das DCNERER apresentado em 2009 tem o intuito de promover e incentivar a prática das referidas diretrizes no sistema de ensino brasileiro. Seu objetivo é orientar e institucionalizar as orientações concernentes à aplicação da Lei nº 10.639/03. Para sua elaboração foram convidadas instituições, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e intelectuais.

Dos encontros denominados Diálogos Regionais sobre a Implementação da Lei 10.639/03, construíram o documento *Contribuições para a Implementação da Lei 10.639/2003: Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003* (BRASIL, 2013). Nele podemos encontrar as atribuições dos diferentes níveis e modalidades de ensino.

O documento reforça o papel das IES e chama a atenção para a importância da Educação das Relações Étnico-Raciais nos cursos de licenciatura e formação professoras e professores. Conforme explicitado no plano, as IES passam a ter entre suas principais ações:

- a) Incluir conteúdos e disciplinas curriculares relacionados à Educação para as Relações Etnicorraciais nos cursos de graduação do Ensino Superior, conforme expresso no § 1º do

- art. 1º, da Resolução CNE /CP n. 01/2004;
- b) Desenvolver atividades acadêmicas, encontros, jornadas e seminários de promoção das relações etnicorraciais positivas para seus estudantes.
 - c) Dedicar especial atenção aos cursos de licenciatura e formação de professores, garantindo formação adequada aos professores sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e os conteúdos propostos na Lei 11645/2008;
 - d) Desenvolver nos estudantes de seus cursos de licenciatura e formação de professores as habilidades e atitudes que os permitam contribuir para a educação das relações etnicorraciais com destaque para a capacitação dos mesmos na produção e análise crítica do livro, materiais didáticos e paradidáticos que estejam em consonância com as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africanas e com a temática da Lei 11645/08;
 - e) Fomentar pesquisas, desenvolvimento e inovações tecnológicas na temática das relações etnicorraciais, contribuindo com a construção de uma escola plural e republicana;
 - f) Estimular e contribuir para a criação e a divulgação de bolsas de iniciação científica na temática da Educação para as Relações Etnicorraciais;
 - g) Divulgar junto às secretarias estaduais e municipais de educação a existência de programas institucionais que possam contribuir com a disseminação e pesquisa da temática em associação com a educação básica. (BRASIL, 2013, p. 15).

Notemos que no plano estão bem definidas as ações das IES no que diz respeito a inclusão dos conteúdos étnico-raciais nas disciplinas, na criação de agendas de discussão e o desenvolvimento de uma capacidade crítica nos estudantes dos cursos de licenciatura.

O desenvolvimento de um pensamento crítico na formação inicial de professores de geografia tem como principal objetivo incentivá-los para inserir a temática racial nos mais diversos conteúdos escolares trabalhados na disciplina, e prepará-los ainda para analisar os materiais didáticos existentes, identificando se os mesmos estão alinhados com uma proposta de educação que promova a equidade étnico-racial ou se apenas reproduzem uma visão de mundo racista e eurocentrada.

Geografia, Eurocentrismo e África

Como aconteceu com outras áreas do saber, os conhecimentos produzidos pela Geografia serviram de instrumento para o projeto de expansão e dominação colonial imposto pelo branco europeu aos diversos territórios e populações com os quais este estabeleceu contato ao longo de vários séculos. Dominação esta imposta pela força das armas, mas também se deu pela construção e propagação de ideias e conceitos hierarquizantes, como, por exemplo, a raça que associada com outras categorias, como cor e gênero, serviram para a constituição e manutenção de um sistema de desigualdades e privilégios.

De acordo com Ratts (2020), a institucionalização da disciplina está diretamente aliada ao projeto colonial europeu do final do século XIX, quando ocorreu a segunda invasão do continente africano. No entanto, mesmo havendo uma longa relação com a ideia de raça, as narrativas produzidas sobre

a formação da Geografia científica procuraram privilegiar sua associação com o surgimento da modernidade e às navegações europeias, à apropriação de terras e territórios e ao progresso filosófico e científico desse período. Por isso, a estruturação deste campo do conhecimento quase nunca aparece atrelado aos processos de colonização ou aos discursos racialistas (RATTS, 2020).

Quando se trata de abordar a educação das relações étnico-raciais na geografia, escolar ou acadêmica, não é difícil escutar que este é um tema imposto “de cima para baixo” numa referência à obrigatoriedade desta temática em decorrência da aprovação das legislações e diretrizes anteriormente citadas. Seja por desconhecimento, ou para assegurar privilégios e/ou mesmo para evitar deslocamentos epistemológicos, há uma constante negação da relação entre a questão étnico-racial e os saberes produzidos pela Geografia. No entanto, a raça é uma temática que está interligada à disciplina desde os primeiros esforços de sistematização dessa ciência.

Para Cirqueira (2015), há na Geografia uma tentativa de invalidar a temática étnico-racial enquanto parte do escopo da disciplina. No entanto, como demonstrado pelo autor em sua tese de doutorado, apesar da temática ser tratada como uma infiltração de “leituras pós-modernas”, a discussão sobre raça não somente é parte dos temas que a disciplina tratou ao longo do seu desenvolvimento, como compõe o “próprio DNA epistemológico da disciplina” (CIRQUEIRA, 2015, p. 18).

Ainda de acordo com Cirqueira (2015), é importante destacar que durante o processo de expansão e dominação colonialista europeia, além da raça, a noção científica de determinismo geográfico foi bastante utilizada “para justificar uma supremacia (humana, ambiental, cultural, econômica etc.) de europeus frente a todos os outros povos do mundo [...]”, conforme Cirqueira (2015, p. 61):

As leituras racializadas e deterministas do mundo foram utilizadas, por um lado, para assegurar o colonialismo europeu e, por outro, para legitimar uma superioridade (humana e cultural) dos povos eurobrancos; essas “leituras científicas” não somente legitimaram a inferioridade de povos, como também os relacionaram diretamente aos seus “meios” (“degenerantes”). Foi constituída “cientificamente” a superioridade geográfico-racial dos europeus e, conseqüentemente, a inferioridade de todos os outros povos e ambientes do planeta. (Idem)

Desta maneira, a ciência geográfica contribui para a criação de uma hierarquia (socioespacial) entre os povos, que colocou o continente europeu — sua história, geografia, cultura, modo de produção etc. — como superior a outras regiões geoculturais (QUIJANO, 2007).

Como ressaltado por Santos (2010), esta visão eurocentrada de mundo é uma leitura de espaço, mas também de tempo:

A hierarquia que coloca em situação de superioridade um continente, uma região geocultural, uma “raça” sobre as outras é resultante de um conjunto articulado de pressupostos e conclusões constituintes de uma associação cultura-raça-espaço-tempo, e

outros elementos que lhes servem de suporte. Estamos aqui falando daquilo que Boaventura de Souza Santos chama de “monocultura do tempo linear”, que caracteriza o pensamento ocidental, uma forma de ler o mundo segundo a qual “a história tem sentido e direção únicos”, sempre rumo a um futuro que é concebido como progresso, desenvolvimento, revolução, modernização, crescimento, globalização, entre outros (Idem, p. 146).

Conforme salientado por Santos (2010), o eurocentrismo é uma perspectiva de conhecimento que adota uma visão de mundo, de história e geografia universais e cuja narrativa passa pela interpretação do mundo com base em dicotomias hierarquizantes. Desta maneira,

Uma realidade [socioespacial] é remetida ao passado, e outra ao presente ou futuro – diz-se de um contexto ou formação social (lugar, região, país, etc.) que é “atrasado” ou “avançado”, “adiantado”, p.ex., ou “moderno” e “primitivo”, hierarquizando-os. Esta leitura, que transforma experiências sociais simultâneas, contemporâneas, em experiências sucessivas, tem como referência crucial os países centrais, estes alçados à condição de única possibilidade de futuro (projeto) desejável para os não-centrais. Tal lógica é base para a constituição de uma narrativa (pretensamente) universal da história, mas cuja referência é o eurocentramento espaço-temporal do mundo. (SANTOS, 2010, p. 146).

Como se nota, na interpretação eurocêntrica do mundo, a Europa (sua cultura, economia e sua população) é a região geocultural que representa o avanço, o moderno, o desenvolvimento, em suma, a realidade socioespacial ideal e que deve ser alcançada. Em contraposição, as demais regiões geoculturais são o símbolo do atraso, do primitivo. Tal dualidade eurocêntrica de leitura do mundo influencia fortemente a maneira como produzimos teorias, formulamos práticas e produzimos conhecimento em todas as áreas. Influencia também o nosso olhar e a forma como nos apropriamos (ou deixamos de nos apropriar) de teorias e conhecimentos que são produzidos fora da Europa. Em diversas disciplinas da graduação ou da pós-graduação é comum ouvirmos “leiam os clássicos” o que pode ser traduzido para “leia a produção acadêmica europeia” ou no máximo “leia a produção acadêmica dos descendentes de europeus norte americanos”. Desta maneira, o que se produz academicamente na Europa, ou pelos descendentes de europeus fora dela, assume uma posição de conhecimento verdadeiro e universal. Os conhecimentos produzidos em outras regiões geoculturais e por não europeus ou descendentes destes ficam relegados ao um plano de subalternidade intelectual.

Currículo e Ensino de Geografia da África

A construção de leituras estereotipadas sobre África, sobre africanos e a população negra da diáspora é um processo de longa data e que perdura até os dias atuais. Por isso, não é sem sentido que ao estudarmos África constatamos os mais diversos estigmas racistas sobre o continente e sua

população. Ao analisar o ensino de Geografia da África e o papel das culturas africanas na formação do território brasileiro, Anjos (1999) aponta as deficiências, os registros discriminatórios e as omissões presentes, bem como o lugar insignificante e secundário que é dedicado ao estudo da geografia do continente africano em todos os sistemas e níveis de ensino.

Nos livros didáticos de geografia geral e nos atlas geográficos, o continente africano está colocado nas partes finais da publicação e geralmente com um espaço bem menor que os outros blocos continentais. Sendo o último a ser estudado, muitas vezes o tempo escolar fica esgotado para o cumprimento do programa e, muitas vezes, a África não é estudada. Verificamos aí um paradoxo estrutural no sistema escolar uma vez que a África, como berço dos antepassados do homem, deveria ser estudada em primeiro lugar (ANJOS, 1999, p. 175).

Outra questão levantada pelo autor, diz respeito às ocorrências de inadequações metodológicas; à reprodução de informações desatualizadas; aos erros e omissões conceituais; a criação/reprodução de preconceitos e estereótipos em textos, mapas e imagens presentes nos livros didáticos (ANJOS, 1999).

Pesquisando a maneira como a população negra e a África eram representadas nos livros didáticos de geografia, Ratts et al. (2006) constatou algo semelhante. De acordo com os autores, há poucas referências ou menções sobre a população negra e, quando esta aparecia, era representada por meio de estereótipos. O mesmo acontecia com o continente africano retratado a partir de uma África selvagem e tribal, rural e marcada por imagens de pobreza. Conforme os autores, raramente é apresentada uma África marcada pela diversidade étnica, cultural e linguística, ou uma África urbanizada com cidades e suas contradições comuns aos espaços urbanos no contexto global capitalista. As diferentes religiosidades ficam reduzidas às categorias de “animismo e fetichismo”, que são formas de estabelecer hierarquias nas quais essas manifestações são colocadas numa posição de inferioridade.

Segundo Anjos (1999, p. 174) a persistência dessas análises marcadamente colonialistas sobre o continente africano e sua população possui “profundo vínculo entre a base geográfica e os eventos históricos que nela se desenrolaram e lhe sentiram a influência”, ocultando desta maneira, que esta base foi produzida “pelas relações sociais ao longo da sua evolução histórica, suas desigualdades e contradições e a apropriação que esta e outras sociedades fizeram, e ainda o fazem, dos recursos da natureza”. Segue dizendo o autor que tal omissão não tem outro propósito senão o de encobrir os vários séculos de opressão de exploradores, traficantes de africanos escravizados e de missionários sobretudo os europeus.

A superação desta visão eurocentrada da África e de outras regiões geoculturais exige que

abandonemos o que Wedderburn (2005) classificou como o “empenho eurocêntrico”, que “[...] ainda hoje continua dominando os estudos africanos, constituindo um sério obstáculo para a elucidação da realidade histórica desse continente.” (Idem, p. 143). Por isso, é importante atentarmos para os processos de formação de professoras e professores e questionar quais geografias têm sido ensinadas.

A inserção da temática étnico-racial e da geografia do continente africano como determinado pela Lei nº 10.639/03 nos currículos de educação formal, em todos os níveis de ensino, é parte de um processo que procura questionar o eurocentramento presente nos currículos com implicações que vão da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, Educação de Jovens e Adultos), ao Ensino Superior, sobretudo no que se refere à formação inicial e continuada docente. Mas, como ressaltado por Santos (2010), o desenvolvimento de novas perspectivas pedagógicas de combate ao racismo, com a inserção dessa temática racial nos currículos escolares, ocorreu, e ainda se faz, em meio às disputas de diversos atores sociais, contrários e favoráveis, com impactos na construção dos currículos escolares. Pois, o currículo é

Um “fluxo”, mais do que um documento, listagem de conteúdos ou um conjunto de indicações de caráter prescritivo; ele é algo em constante disputa, que aparece nestas “materializações” e nas práticas cotidianas na escola e na sala de aula, onde também há atores sociais disputando intensamente o processo de formação humana no seio da escolarização. (Idem, p. 142)

Ao pensarmos na descolonização dos currículos devemos ter em mente que este é um processo que implica disputas, conflitos e negociações. E, como ressaltado por Gomes (2012), a descolonização do currículo “se insere em outros processos de descolonização maiores e mais profundos, ou seja, do poder e do saber. Estamos diante de confrontos entre distintas experiências históricas, econômicas e visões de mundo (Idem, p. 107).

Geografia da África nos Projetos Pedagógicos de Curso

Para Corrêa (2017), na Geografia há um silenciamento sobre o papel da raça em várias situações nas quais a dimensão racial do espaço deveria ser pauta, como, por exemplo, quando se discute gentrificação, segregação socioespacial, desigualdade de classe, espoliação no campo, violência urbana, entre outros. Ainda segundo o autor, este silenciamento tem como uma das causas a não abordagem do tema nos currículos de geografia, seja no Ensino Básico ou Ensino Superior.

Mas é no ensino superior que este silenciamento é mais grave, pois ali é um momento potencial para problematização dessas narrativas geográficas, que criam/reproduzem um imaginário colonial sobre as relações raciais no Brasil. Porém, quantos cursos de geografia

incorporam um debate sobre a questão racial nos seus currículos? Quantos textos são lidos na graduação, que permitem uma reflexão acerca do tema? Até que ponto a dimensão racial é utilizada na compreensão do racismo na sociedade? Será que em algum momento disciplinas da graduação que relacionam formação e/ou organização do espaço brasileiro, ou até mesmo a formação da população brasileira, tocam no tema? (CORREA, 2017, p. 126)

Como é possível notar no trecho acima, Corrêa (2017) nos provoca pensar em importantes questões que envolvem as disputas curriculares nos vários níveis de ensino, mas principalmente no ensino superior, responsável pela formação inicial docente. O autor lembra ainda que mesmo havendo alguma mudança, com o aumento de trabalhos envolvendo a temática étnico-racial nas pós-graduações (CIRQUEIRA; CORRÊA, 2014) e o aumento de grupos de trabalho em eventos e mesas, isso parece ter mais ligação com o trabalho de pesquisadoras e pesquisadores envolvidos com o tema, em grande parte, negras e negros.

Conforme Silva (2010, p. 15), o currículo é sempre o resultado de uma seleção. Portanto, quando olhamos para o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de uma determinada instituição, ou para o programa de uma disciplina em um curso de graduação e analisamos sua organização — como ementa, objetivos e conteúdos programáticos com bibliografias sugeridas — devemos considerar que esses documentos possuem intencionalidades e podem revelar o lugar ocupado por uma determinada temática naquele campo do conhecimento.

A seguir, apresentaremos alguns dados que nos mostram que passados 20 anos de implementação da Lei nº 10.639/03 tivemos importantes avanços, contudo, os desafios para a descolonização dos currículos seguem postos em todos os níveis de ensino, inclusive no ensino superior.

Para nossa análise selecionamos as disciplinas dos cursos de graduação em Geografia que abordam a temática étnico-racial a partir dos conteúdos de Geografia da África. O levantamento das informações ocorreu através de um conjunto de perguntas enviadas para as 53 universidades federais que possuem cursos de graduação em Geografia. Solicitamos que as IES respondessem via sistema eletrônico Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação se as mesmas haviam criado disciplinas que contemplam a temática étnico-racial. A partir das respostas, selecionamos para esta comunicação aquelas que tratam especificamente sobre o ensino de geografia do continente africano, sendo elas: Geografia da África (Universidade Federal do Tocantins - UFT), Geografia do Espaço Africano (Universidade Federal da Bahia - UFBA), Geografia Africana e Afrobrasileira (Universidade de Brasília - UNB), Tópicos em Geografia Humana: África (Universidade Federal de Goiás - UFG), África do Sul do Saara (Universidade Federal Fluminense - UFF), Tópicos especiais em Geografia: África (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG), Geografia da África (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRJ), Geografia Regional da

África (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ), Geografias Africanas (Universidade Federal de Viçosa – UFV), Geografias Descoloniais: educação para as relações étnico-raciais (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS) Tópicos Especiais em Geografia Humana: estudos sobre África (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC), Geografia Africana e Afro-Brasileira (Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA), totalizando 12 IES.

Conforme referido anteriormente, a Lei nº 10.639/03 ao ser instituída não determinou a criação de disciplinas específicas para a abordagem do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas. Desta maneira a temática pode ser abordada em diferentes disciplinas já consolidadas. No entanto, conforme verificamos, algumas IES optaram pela criação de disciplinas para discutir especificamente a geografia do continente africano. No quadro 1 apresentamos o conjunto das universidades federais que possuem disciplinas que abordam a geografia do continente africano.

Quadro 1 - Disciplinas de Geografia da África por Região Geográfica.

Região	IES	Disciplina	Op./Ob.	C.H.	Modalidade
Norte	UFT	Geografia da África	Optativa	60h	Presencial
Nordeste	UFBA	Geografia do Espaço Africano	Optativa	68h	Presencial
Centro-Oeste	UNB	Geografia Africana e Afrobrasileira	Optativa	60h	Presencial
	UFG	Tópicos em Geografia Humana: África	Optativa	64h	Presencial
Sudeste	UFF	África do Sul do Saara	Optativa	60h	Presencial
	UFMG	Tópicos especiais em Geografia: África	Optativa	60h	Presencial
	UFRRJ	Geografia da África	Obrigatória	60h	Presencial
	UFRJ	Geografia Regional da África	Optativa	60h	Presencial
	UFV	Geografias Africanas	Optativa	60h	Presencial
Sul	UFRGS	Geografias Descoloniais: educação para as relações étnico-raciais	Obrigatória	90h	Presencial
	UFSC	Tópicos Especiais em Geografia Humana: estudos sobre África	Optativa	72h	Presencial
	UNIPAMPA	Geografia Africana e Afro-Brasileira	Obrigatória	60h	EAD

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Como podemos observar, em todas as regiões brasileiras há, pelo menos, uma universidade federal que possui uma disciplina que aborda a Geografia da África em seus conteúdos. A região sudeste do país, aquela com o maior número de cursos, é a que também possui o maior quantitativo, totalizando cinco disciplinas em cinco universidades.

Com relação às 12 disciplinas selecionadas apenas três delas (Geografia da África - UFRRJ, Geografias Descoloniais: educação para as relações étnico-raciais - UFRGS, Geografia Africana e Afro-Brasileira - UNIPAMPA) são conteúdos obrigatórios nos cursos de graduação daquelas instituições. As demais disciplinas são ofertadas de maneira optativa, ou seja, só serão cursadas por estudantes que possuem alguma afinidade com a temática. Sendo conteúdos optativos essas disciplinas cumprem

um papel importante uma vez que possibilitam o acesso de estudantes aos conteúdos que abordam a temática étnico-racial, mas não atendem de maneira satisfatória os objetivos postos pelas legislações aqui citadas. Para Santos (2019, p. 260), as disciplinas optativas não poderiam ser sequer elencadas para justificar que determinado curso cumpre a Lei nº 10.639, “pois o estudo e/ou o ensino da luta dos negros/as e dos povos indígenas no Brasil e a contribuição desses povos à construção da nação brasileira são uma obrigação, conforme as normas legais, e não uma opção.” Tanto os PPCs quanto os Planos de Ensino (PE) das disciplinas são documentos que permitem compreender as opções teóricas e metodológicas dos cursos e docentes, e a partir da sua análise é possível ter uma percepção das visões de mundo daqueles que os elaboraram. Ao analisar estes documentos buscaremos compreender quais geografias da África têm sido propostas nos currículos do ensino superior. Nossa análise será composta pelas informações (objetivo/ementa/conteúdo programático/metodologia) disponíveis nos 12 PE, conforme o quadro 2.

Quadro 2 - Abordagens sobre África nas Universidades Federais.

Planos de Ensino: Objetivo/ementa/conteúdo programático/metodologia
Geografia da África (UFT): Ementa: Oferecer elementos de discussão do ponto de vista da geografia, sobre o continente africano e sua importância na formação do povo brasileiro e também em nível mundial. A invenção da África. A África Negra na Antiguidade. A expansão do Islã e os Estados africanos pré-coloniais. A África nos mundos atlântico e índico. O tráfico atlântico de escravos nas sociedades africanas. O impacto da abolição do tráfico de escravos nas sociedades africanas e a transição para o colonialismo. A partilha da África, as resistências africanas e os sistemas de colonização. Evolução das idéias e organizações nacionalistas. O processo de descolonização africana, a Guerra Fria e o Socialismo. O pós-colonialismo e o jogo das identidades africanas. Objetivos: Oferecer elementos de discussão do ponto de vista da geografia, sobre o continente africano e sua importância na formação do povo brasileiro e também em nível mundial.
Geografia do Espaço Africano (UFBA): Ementa: Aspecto geoambiental do espaço africano. O problema da desertificação da região saheliana e suas características. Os grandes conflitos africanos e o avanço do fundamentalismo islâmico. Os grandes grupos étnicos e sua organização espacial. Os aspectos gerais da economia: população agrícola e a atividade industrial. Conteúdo programático: Breve história da África; A África, um continente em crise?; Meios e sociedade; Um continente de arquitetura maciça; Uma África tropical; O problema da desertificação; As populações: distribuição e dinâmicas demográficas; Crise e mutação das agriculturas; O território: espaço e nação; A revolução urbana e a condição cidadina; Desafios da indústria africana; Crise dos enquadramentos; As integrações dentro e fora do continente: regionalização e globalização.
Geografia Africana e Afrobrasileira (UNB): Ementa: No transcorrer da disciplina no semestre letivo desenvolveremos uma disciplina que preconiza traçar de forma sintética um perfil dos aspectos mais relevantes das matrizes territoriais oriundas da África presentes no Brasil. Neste sentido, buscaremos estabelecer e reconhecer outras perspectivas para uma compreensão da diáspora secular africana, do “Brasil Africano” construído no espaço geográfico, da população afrobrasileira excluída do sistema dominante e das evidências do processo de invisibilização no sistema educacional. O curso buscará também, instrumentalizar o (a) estudante a trabalhar materiais didáticos para minorar as deformações historiográficas da imagem geográfica construída para o continente africano e para a população descendente no nosso país. O curso é de natureza prática com algumas leituras necessárias para uma boa apreensão do (a) aluno (a) e para facilitar o processo de aprendizagem e desenvolvimento. Metodologia: A metodologia do curso está ancorada nos seguintes procedimentos: A. Leitura de textos recomendados; B. Visualização de Clips e Vídeos didáticos; C. Resolução de exercícios de aprimoramento; D. Pesquisa de eixos temáticos; E. Aulas presenciais para aprimoramento dos conhecimentos; F. Realização de Provas Escritas para avaliação dos conhecimentos adquiridos; G. Construção de Trabalho Final para apreensão e aplicação dos temas tratados.
Tópicos em Geografia Humana: África (UFG): Ementa: O ensino de Geografia da África; as sociedades africanas da antiguidade e do período moderno/colonial; escravismo e colonização na perspectiva atlântica; movimentos culturais e políticos africanos, com foco nos processos de independência e descolonização. Metodologia: Aulas

<p>expositivas e dialógicas. Uso de mapas, fotografias, filmes e vídeos. Atendimento extra-aula. Seminários.</p> <p>África do Sul do Saara (UFF): Ementa: A questão da exclusão do continente africano na Nova Ordem Mundial. Natureza e Sociedade em África: regionalismos e transformações sócio-espaciais contemporâneas. Conteúdo programático: 1- África imaginada: 1.1- De mundo exótico a periferia integrada; 1.2 -O pan-africanismo, a pátria para os negros. 2 – Muitas Áfricas: os condicionantes históricos geográficos do conjunto subsaariano: 2.1 –Territórios e territorialidades anteriores a colonização; 2.2 - Impactos do tráfico negreiro: a África como periferia de outras periferias; 2.3 - O movimento geográfico mundial e a partilha da África; 2.4 - A colonização e a redefinição dos conjuntos regionais ao sul do Saara. 3 - Desdobramentos geopolíticos na Guerra Fria: “descolonização”, OUA e formação dos Estados Nacionais: 3.1 -O papel estratégico do continente na Guerra Fria e os conflitos internos. 4- A África na “Nova Ordem Mundial”: 4.1- Anos 90: linhas de instabilidade, crise econômica e a diagonal de conflitos (do Chifre da África a Angola). 5- Contradições e perspectivas atuais: 5.1 - A inserção na Ordem Mundial: perspectivas e nova regionalização; 5.2 - O impacto do desembarque chinês, novo imperialismo?; 5.3- África do Sul, papel geopolítico regional e global, uma avaliação; 5.4- A reconfiguração geopolítica do Shael sob o ISIS.</p>
<p>Tópicos especiais em Geografia: África (UFMG): Ementa: A disciplina visa possibilitar uma compreensão geográfica caracterizando a formação/deformação e o desenvolvimento da África na nova ordem mundial. A abordagem visa priorizar a história e a geografia com seus diferentes eventos que propiciaram o encaminhamento de processos socioeconômicos e políticos que reverberam até os dias atuais. Verificar as relações às escalas nacional e internacional: África/África e África com demais países no/do mundo assim como o Brasil. Programa: 1. Por que o ensino de África? 2. A natureza na África 2. Organização territorial 3. A diáspora africana 4. Imperialismo e neocolonialismo 5. África no contexto atual 6. África e Afrobrasilidade na educação básica 7. Ensino de África. Avaliações: A natureza na África (20 pts apresentação oral em grupo); Geopolítica da África no tempo (20 pts apresentação oral em grupo); A África no contexto atual (25 pts apresentação oral em grupo); Elaboração de uma proposta para ensino de África (25,0 pts, apresentação oral e escrita; em grupo);10,0 presença e participação.</p>
<p>Geografia da África (UFRRJ): Objetivos: Compor e estender os termos de um debate, a partir da Geografia, a respeito do Continente Africano e de sua realidade atual, configurando sua inserção no mundo globalizado, bem como as redes e tramas provenientes de seu histórico. Consolidar resultados de pesquisas pretéritas e propor novas abordagens e problemáticas quanto à temática, no campo específico da Geografia e no seu diálogo com outras áreas do conhecimento. Ementa: [1] África: conceitos e representações; [2] Quadro físico-ambiental do Continente Africano; [3] Histórico: redes e tramas; [4] As regiões da África; [5] Notas sobre a África contemporânea: economia, sociedade e política; [6] África: passado e presente das Relações Internacionais. Conteúdo Programático: 1. África: conceitos e representações: 1.1 Conceitos de África nas ciências sociais; 1.2 África em perspectiva: filosofia, literatura e artes; 1.3 Visões pré e pós-coloniais sobre África: debates e embates. 2. Quadro físico-ambiental do Continente Africano: 2.1. Formação geológica e geomorfológica; 2.2. Formação climatobotânica e hidrografia; 3. Histórico: redes e tramas: 3.1 África antiga: território, sociedade e política; 3.2 África e os fluxos da diáspora; 3.3 África: entre o Imperialismo e a descolonização. 4. As regiões da África: 4.1 Regionalizações em África: abordagens e perspectivas teórico-metodológicas; 4.2 África Meridional, Central e Oriental; 4.3 África Ocidental e Setentrional. 5. Notas sobre a África contemporânea: economia e sociedade: 5.1 O universo da produção: agricultura, indústria e serviços no contexto contemporâneo; 5.2 O urbano em África: cidades e metrópoles no contexto regional e global; 5.3 Territórios em movimento: lutas sociais na África atual. 6. África: passado e presente das Relações Internacionais: 6.1 África e Brasil: uma análise de suas relações; 6.2 África e a integração regional: regionalismo e multilateralismo; 6.3 África e o mundo: a inserção contemporânea do continente no sistema internacional.</p>
<p>Geografia Regional da África (UFRJ): A África e o Mundo. Fatores de regionalização. Natureza e sociedade na África. Populações e mobilidades. A África na globalização econômica. Qual desenvolvimento para a África? O risco alimentar. A questão da água. A África urbana. Tensões e conflitos. Estado-nação e território. Uma nova geopolítica da África na globalização.</p>
<p>Geografias Africanas (UFV): Objetivos: Compreender a diversidade geográfica e complexidades sócio-espaciais que compõem o continente africano e as questões que envolvem as populações afrodescendentes no Brasil. Ementa: África Antiga. Geopolítica da diáspora África – América – Brasil – séculos XV – XVI – XVII – XVIII – XIX. África sob a dominação colonial, 1880-1935. África desde 1935. Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil. Africanidades. Diásporas. A Lei 10.639/03 e sua implementação. Planejamento pedagógico: Apresentação de conteúdo oral e escrito com o apoio de equipamento (projeto, quadro-digital, TV, outros); Apresentação de conteúdo oral e escrito em quadro convencional; Apresentação de conteúdo utilizando aprendizado ativo; Debate mediado pelo professor; e Seminários.</p>
<p>Geografias Descoloniais: educação para as relações étnico-raciais (UFRGS): Súmula: Parte-se das teorias de representação social, geografia imaginativa e descolonialidade para discutir o ensino de Geografia sobre áreas geográficas periféricas ao pensamento ocidental, dando visibilidade às territorialidades brasileiras, africanas e asiáticas. Objetivos: Discutir os grandes espaços mundiais, especialmente a África e a Ásia, construindo abordagens para o ensino básico de Geografia; propor o estudo das regiões continentais a partir das teorias ligadas a descolonialidades, imaginação geográfica e ao conceito de representação; instrumentalizar os licenciandos para o</p>

ensino temáticas afro-brasileiras e indígenas através de práticas; experimentar diferentes técnicas de informação e comunicação na produção de atividades para os discentes, especialmente na criação de material didático. Metodologia: A disciplina parte da construção do conceito de geografia imaginativa para confrontar os alunos com os pressupostos sobre áreas geográficas periféricas ao pensamento ocidental. A construção de temas ligados à geografia afro-brasileira visa dar visibilidade à territorialidade experimentada por grande parcela da população brasileira, vinculando-a aos temas africanos. O estudo da temática indígena permite aos alunos confrontarem-se com outras geografias e com a geografia de outros, além de aproximarem-se à educação indígena. A Ásia é estudada na perspectiva de instrumentalização dos alunos para tratar das tendências econômicas e culturais na escala global. Experiências de Aprendizagem: Leitura de livros de ficção e construções de representações e atividades escolares a partir dos mesmos; Mini-seminários; exercícios; resenhas e apresentação de trabalhos em aula. Leitura de textos como subsídio para atividades em ensino à distância. Realização de saídas de campo. Elaboração de material didático.

Tópicos Especiais em Geografia Humana: estudos sobre África (UFSC): Estudo da formação e dinâmica sócio espacial do continente africano em sua complexidade natural, histórica, social, econômica, cultural e regional, e levando em consideração as inter-relações com o espaço mundial. Conteúdo programático: 1. Da África real à África produzida. Retratando uma África com grande diversidade regional, histórica e espacialmente inserida a diferentes e inúmeras inter-relações, incluindo todo o processo de colonização e inserção aos ditames de uma mundialização econômica sob o domínio do capital. 2. África na Contemporaneidade. A contemporaneidade expressando, no continente, grandes e profundas transformações (tanto econômicas quanto sócio-culturais), fortemente evidenciadas por expressivos movimentos sociais, resistências, e consequentes rupturas políticas. Igualmente observando as várias estruturas e relações que incidem nas interrelações, desafios e perspectivas hoje da África para com o mundo e deste para com a África.. O Século XXI – desafios e perspectivas. 3.1. A África no Brasil: a participação na formação brasileira. 3.2. (In)visibilidade afrodescendente no contexto social do país. 3.3. O Brasil na África: interesses atuais sobre o continente. E considerando as análise sob a perspectiva pós-colonial.

Geografia Africana e Afro-Brasileira (UNIPAMPA): Características físicas e mineralógicas do continente africano; Perfil dos aspectos mais relevantes da estrutura geográfica do continente africano; Estabelecer e reconhecer diversas perspectivas para a compreensão dos condicionantes físico-ambientais na organização das estruturas básicas dos territórios e das suas transformações institucionais; Enfocar os principais aspectos demográficos e do processo de urbanização africana, ressaltando o processo atual de exclusão territorial no mundo contemporâneo; Estabelecer referências para uma compreensão do tráfico, dos quilombos, da imagem geográfica construída para os trópicos, da população brasileira mestiça e marginalizada; Contexto atual das comunidades e dos territórios quilombolas do país.

Fonte: Planos de Ensino das disciplinas, 2020.

Na leitura dos planos e na análise das bibliografias, nossa meta central foi identificar se a temática das relações étnico-raciais estava inserida a partir de uma perspectiva que dê visibilidade para as contribuições positivas das populações negras nas áreas social, econômica e política, entre outras, conforme estabelecido nas leis 10.639/2003 e/ou 11.645/2008, bem como no parecer nº 03, de 10 de março de 2004, homologado pela Resolução 01, de 17 de junho de 2004 ou a partir de uma perspectiva eurocêntrica, colonizadora, logo, que discrimina a população negra.

Como é possível observar no quadro 2, nem todas as IES informaram de modo explícito a relação entre a proposta da disciplina e sua relação com a educação para as relações etnicorraciais, algo que consideramos importante à medida que contextualiza a proposta dos conteúdos a serem trabalhados. Outras, no entanto, apresentam de maneira explícita a correlação entre a geografia e a temática étnico-racial como, por exemplo, a disciplina Geografia da África (UFT) ao afirmar na ementa que seu propósito é oferecer “elementos de discussão do ponto de vista da geografia, sobre o continente africano e sua importância na formação do povo brasileiro e também em nível mundial.”

A partir da análise das ementas das disciplinas observamos que parte delas não relaciona diretamente os temas tratados com os objetivos da lei 10.639/03. Mas, alguns currículos incluíram na apresentação de referências bibliográficas o marco legal, como observado nas disciplinas Geografias Africanas (UFV) e Tópicos especiais em Geografia: África (UFMG), e outros discutem a aplicação da lei no âmbito da geografia, como Tópicos em Geografia Humana: África (UFG), Tópicos especiais em Geografia: África (UFMG) e Geografia da África (UFRRJ). Em outras, ainda que não cite diretamente o marco legal, há uma nítida relação com as DCNERERs como, por exemplo, a abordagem da relação entre continente africano e Brasil, destacando a contribuição africana e afrodiaspórica nas diversas áreas da formação do país.

Observando os conteúdos abordados nas disciplinas constatamos uma diversidade de temas: aspectos físicos e geopolíticos do continente, conforme observado em África do Sul do Saara (UFF); propostas de discussões sobre a história do continente africano passando pelos temas contemporâneos como o processo de industrialização, presente na disciplina Geografia do Espaço Africano (UFBA); e os processos de descolonização, conforme proposto em Geografia da África (UFT) e Tópicos em Geografia Humana: África (UFG).

No que diz respeito a relação entre África e Brasil, há, em algumas disciplinas como Geografia Africana e Afro-Brasileira (UNIPAMPA) e Geografias Africanas (UFV), um destaque para a formação de quilombos no Brasil.

Contrariamente ao que se propõe a Lei nº 10.639, é possível verificar que em algumas propostas ainda prevalece uma perspectiva eurocêntrica sobre o continente africano nas quais há expressivo destaque para aspectos negativos, como observado no uso de termos como “conflito”, “crise”, “desafios”, “tensões”. Consideramos a importância a abordagem destes aspectos, no entanto, corroboramos com a perspectiva Santos ao afirmar que “[...] falar de África é fundamental, mas não é suficiente se não fizermos uma desconstrução das narrativas que estruturam as leituras de totalidade-mundo, o que implica revisões conceituais, revisões de estruturas [...]” (SANTOS, 2011, p. 14), como é possível observar nas propostas de disciplinas que demarcam esta necessidade, assim como propõem, construir outras visões sobre África, africanos e afrodescendentes como é o caso de Tópicos em Geografia Humana: África (UFG) e Geografia Africana e Afrobrasileira (UNB).

Com relação aos aspectos metodológicos destacamos que parte significativa das ementas estudadas não disponibilizam os recursos e propostas e metodológicas das disciplinas, mas outras descrevem o uso de metodologias que inclui a utilização de recursos audiovisuais com uso de projetor para reprodução de vídeos, filmes, fotografias e recursos cartográficos, como em Tópicos em Geografia Humana: África (UFG). Observamos também a existência de propostas que incentivam a

produção de resenhas, textos e saídas de campo, conforme visto em Geografias Descoloniais: educação para as relações étnico-raciais (UFRGS); e a promoção de debates e seminários, como em Geografias Africanas (UFV). A utilização desses recursos demonstra um amplo repertório de possibilidades para a discussão da temática étnico-racial através de uma expressiva variedade de ferramentas.

Outro aspecto que chama nossa atenção são as propostas de discussão sobre o ensino de África que propõem a elaboração de materiais didáticos sobre o tema como trabalho final da disciplina, como observado em Tópicos Especiais em Geografia (UFMG) e Geografias Descoloniais: Educação para as Relações Raciais (UFRGS). Na primeira uma das avaliações da disciplina consiste na elaboração de uma proposta para o ensino de África a partir dos temas e textos trabalhados, e a segunda destaca em seu plano de ensino uma proposta de elaboração de materiais didáticos e a construções de representações e atividades escolares a partir da leitura de livros de ficção. Estas metodologias se destacam por viabilizar a propagação do ensino de África para além da abordagem no ensino superior, considerando diretamente sua aplicação também na educação básica, contribuindo assim para o aprimoramento da mediação destas informações entre universidade e escola, o que toma contornos ainda mais expressivos ao considerar que estão presentes em um curso de formação de professores.

É importante destacar que se estamos nos propondo pensar a descolonização do currículo isso implica considerar, como já afirmado anteriormente, a utilização de outras perspectivas epistemológicas que não somente uma visão de mundo eurocentrada. Por isso, com relação ao segundo ponto estabelecido para nossa discussão, qual seja examinar as referências (bibliografias, entrevistas, filmes entre outros) presentes nos planos de ensino, salientamos que nossa intenção é identificar se as autorias de outras regiões geoculturais estão presentes enquanto referências, sobretudo da região africana. De modo a ter melhor visualização deste panorama, estabelecemos as categorias “continente”, “país”, “área de conhecimento”, “gênero” e “raça/cor” das autorias utilizadas, como observado no quadro 3.

Quadro 3 – Referências nos Planos de Ensino.

Região Geocultural	Quantidade	Porcentagem	Gênero	Cor/Raça
África	33	13%	Homens: 28	Branços: 6
				Negros: 22
			Mulheres: 5	Branços: 0
				Negros: 5
América	170	70%	Homens: 124	Branços: 56
				Negros: 61
				N. I.: 7
			Mulheres: 35	Branços: 23
				Negros: 6
				N. I.: 6
N. I.: 11				
Ásia	6	2,5%	Homens: 5	Branços: 4
				Negros: 0
				N. I.: 1
			Mulheres: 1	Branços: 0
				Negros: 0
				N. I.: 1
Europa	26	11%	Homens: 22	Branços: 19
				Negros: 3
			Mulheres: 4	Branços: 4
				Negros: 0
Oceania	1	0,5%	Homens: 0	Branços: 0
				Negros: 0
			Mulheres: 1	Branços: 1
				Negros: 0
N. I.	6	2,5%	11	
Total	242	100%		

Fonte: Planos de Ensino das disciplinas.

Nos PE disponibilizados foram contabilizadas 242 referências, compostas por livros, artigos, teses, dissertações, filmes, entrevistas, videoclipes, entre outros. Da região geocultural americana temos um total de 170, isso corresponde a 70% de todas as referências. Entre as referências americanas 12 (7%) correspondem a autorias da América do Norte (02 do Canadá e 10 dos Estados Unidos), sendo 04 mulheres, 08 homens, e dentre eles, apenas um autor negro. Já na América Latina contabilizamos um total de 159 autorias (93%) das quais 125 são homens (56 brancos, 62 negros e 07 não foram heteroidentificados), 35 são mulheres, sendo apenas 06 delas heteroidentificadas como negras, o restante 23 são brancas e 06 não foram heteroidentificadas. Entre as referências latino-americanas, o Brasil é o país que detém maior número de citações 138 (87%), seguido de Martinica (07), Cuba (06), Jamaica (03), Argentina (02), Guiana (01) e Peru (01). Com relação às áreas de conhecimento, nas Américas prevalecem as referências do campo da Geografia (58), em seguida

temos a História (36), Sociologia (20), Relações Internacionais (11), Psiquiatria (08), Antropologia (07), Literatura (07), Economia (03), Letras (02), Arquitetura, Artes, Cinema, Comunicação e Teologia (01) cada, por fim temos as referências que dizem respeito a Legislação sobre a temática étnico-racial (04).

Da região geocultural africana foram identificadas 33 referências, o que corresponde a 13% de todas as referências encontradas nos PE. Deste total, 28 autorias correspondem a homens, sendo 22 deles heteroidentificados como negros e 06 heteroidentificados como brancos. Apenas 05 das autorias africanas são mulheres, todas negras. Dentre os países com maior número de referências temos Congo (08), Burquina Fasso (06), Angola (05), Nigéria (04), Moçambique (03), Benin, Camarões e Egito (02) cada, Guiné-Bissau e Tunísia (01) cada. Dentre as áreas mais citadas estão História (14), Antropologia (06), Filosofia (03), Economia, Sociologia e Literatura (02) cada, Arquitetura, Cinema, Direito e Políticas Públicas (01) cada, e 05 não tiveram as áreas identificadas.

Da região geocultural africana foram identificadas 26 referências. Deste total 23 autores são homens, sendo 19 deles (70%) heteroidentificados como brancos, e apenas 04 mulheres, sendo todas heteroidentificadas como brancas. Entre os países de origem temos França e Inglaterra (07) cada, Portugal (05), Itália (03), Alemanha (02), 1 Dinamarca e Romênia (01) cada. entre as áreas mais citadas estão a Sociologia (07), História (05), Economia, Filosofia e Geografia (03), Antropologia, Arquitetura e Psicologia (01) cada.

Da Oceania contabilizamos apenas 01 referência, sendo ela da Nova Zelândia. A autora é uma mulher heteroidentificada como branca, da área de História. Da Ásia foram encontradas ao todo 06 referências, sendo 05 homens, dos quais 04 heteroidentificados como brancos e 01 não heteroidentificado, há apenas uma mulher nas referências, a qual não foi possível heteroidentificar. Os países de origem dessas referências foram Palestina (03) e Índia (02) e Rússia (01). As áreas de conhecimento das referências são Literatura (04), Direito e Economia (01) cada.

Esse quantitativo nos aponta que, ainda que haja diversidade nos referenciais escolhidos, esta se dá de modo desproporcional. O desmembramento e categorização dos referenciais utilizados nas disciplinas mostram uma disparidade de raça e de gênero nas produções, sendo a maioria das autorias heteroidentificadas como homens e brancos. A partir desses dados podemos sinalizar a baixa presença, e, em muitos casos, ausência de mulheres negras nos referenciais, assim como salientar a necessidade de aplicação da lei nº 10.639/03 a partir de autores/as negros/as de diversas regiões geoculturais, com especial ênfase ao Brasil. Deste modo, consideramos ser de extrema importância um quantitativo epistêmico representativo de autorias negras para essas discussões.

Considerações finais

Como discutimos ao longo do texto a história e a geografia brasileiras possuem uma relação com a África ainda pouco discutida, mesmo sendo o Brasil o país com o maior contingente de pessoas negras fora do continente africano.

No entanto, a luta dos movimentos negros em busca da valorização das contribuições positivas da população negra na formação da sociedade brasileira teve alguns importantes resultados entre os quais a aprovação da Lei nº 10.639/2003 instituindo a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que orientam as Instituições de Ensino Superior (IES) para a inclusão da Educação das Relações Étnico-Raciais e das questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, conforme explicitado no Parecer CNE/CP 3/2004. Assim, é possível notar que após o surgimento das referidas legislações houve um aumento da inclusão nos currículos das IES da temática étnico-racial. Uma evidência desse fato é a presença nos currículos de disciplinas que abordam a Geografia da África. Mas, como verificamos pelos dados expostos, esses conteúdos são quase sempre optativos, o que no nosso entendimento dificulta o alcance do objetivo posto pela Lei nº 10.639/2003. Por isso, acreditamos que os desafios para a transformação das matrizes curriculares seguem postos.

Referências

ARAÚJO, Leonor Franco. A Lei 10.639/2003 e sua maior idade. Há o que se comemorar? **Revista Docência e Cibercultura**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 279 mai./ago. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/57479>. Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso 10 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação**

das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2013. 104 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192. Acesso em: 12 mai. 2023.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **As inscrições da racialidade no pensamento geográfico (1880-1930).** 2015. 222f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CIRQUEIRA, D. M.; CORRÊA, G. S. Questão Étnico-Racial na Geografia Brasileira: Um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 10, n. 13, p. 29–58, 2017. DOI: 10.5418/RA2014.1013.0002. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6476>. Acesso em: 2 jun. 2023.

CORRÊA, Gabriel. **O Branqueamento do Território como Dispositivo de Colonialidade do Poder:** notas sobre o contexto brasileiro. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de Oliveira (org.). **Geografia e giro descolonial. Experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 117-131

CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araujo de. (Org.). **Geografia e Giro Descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico.** 1ª. Edição. Rio de Janeiro. Letra Capital; 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/41495108/Geografia_e_giro_descolonial_experi%C3%Aancias_ideias_e_horizontes_de_renova%C3%A7%C3%A3o_do_pensamento_cr%C3%ADtico. Acessado em: 19 jun. 2023.

DIAS, Lucimar Rosa. **“Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à lei 10.639/03 de 2003”.** In: Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **História da educação do negro e outras histórias.** Brasília, SECAD/ UNESCO, 2005, p. 49-62. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5935447/mod_resource/content/1/LucimarRosa.pdf. Acessado em: 08 mai. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v.12, nº.1. jan./abr. 2012, p. 98-109, Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acessado em 08 jun. 2023.

QUIJANO. Aníbal. “O que é essa tal de raça?”. In: Santos, Renato Emerson dos (Org.) **Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: o Negro no Ensino de Geografia.** Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007.

RATTS, Alex. A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 104, jul.-dez. 2020. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/2134/1624>. Acesso em: 18 jan. 2022.

RATTS, A. J. P. et al. Representações da África e da população negra nos livros didáticos de geografia. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 8, n. 1, p. 45-59, 2006. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/89>. Acessado em: 25 jun. 2023.

SANTOS, Sales Augusto dos. Uma Contribuição Crítica ao “Ensino da Educação das Relações Étnico-

Raciais” nas Ciências Sociais. **Revista TOMO**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 35, p. 251-292, jul./dez. 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3 ed.. Belo Horizonte: Autentica, 2010. 156p.

WEDDRBURN, Carlos Moore. Novas Bases para o Ensino de História da África no Brasil. In.: **Educação Anti-Racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/2003**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.